



**PAUTA
PARA A 125ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 02 DE OUTUBRO DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 51, de 2018, de autoria do deputado Afonso Lobato. Inclui novo parágrafo ao artigo 243 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 52, de 2018, de autoria dos Sr. Governador. e Sr. Governador. Transforma o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE em autarquia de regime especial e dá providências correlatas.

3 - Projeto de lei nº 611, de 2018, de autoria do deputado Teonilio Barba. Altera a Lei nº 10.858, de 31 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 14.729, de 30 de março de 2012, que institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.

4 - Projeto de lei nº 612, de 2018, de autoria dos deputados Raul Marcelo e Luiz Turco. Altera o Decreto-Lei nº 257, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a finalidade e organização básica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, a fim de criar o Conselho Deliberativo Paritário no referido instituto.

5 - Projeto de lei nº 613, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Denomina "Santo Miranda Caetano" a Escola Estadual do Distrito de Martinho Prado Júnior, em Mogi Guaçu.

6 - Projeto de lei nº 614, de 2018, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Proíbe a captura, o embarque, o transporte, a comercialização e o processamento dos peixes das espécies Cichla piquiti, Tucunaré Azul, e Cichla kelberi, Tucunaré Amarelo.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 50, de 2018, de autoria da CPI - Organizações Sociais da Saúde - OS's. Altera a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.

2 - Projeto de lei nº 605, de 2018, de autoria do deputado Caio França. Declara patrimônio cultural imaterial do Estado a Feira de Artes e Artesanato da Praça da República, na Capital, e suas técnicas artesanais de confecção de arte e artesanato.

3 - Projeto de lei nº 606, de 2018, de autoria do deputado Carlos Cezar. Institui o "Dia Estadual de Conscientização do X Frágil" e a "Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X Frágil".

4 - Projeto de lei nº 607, de 2018, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Autoriza o Poder Executivo a oferecer informações de saúde a distância para os médicos e demais profissionais do serviço público de saúde e aos pacientes do Estado.

5 - Projeto de lei nº 608, de 2018, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Denomina "José Thomazella (Bepe)" o viaduto localizado no km 71,150 da Rodovia SP 191, em Rio Claro.

6 - Projeto de lei nº 609, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispensa do exame pericial admissional os servidores aprovados em concurso público que já estejam em atividade no serviço público estadual.

7 - Projeto de lei nº 610, de 2018, de autoria do deputado José Zico Prado. Permite a soltura de balões artesanais de ar quente (solares e ecológicos), sem fogo, no âmbito do Estado.

8 - Moção nº 60, de 2018, de autoria da deputada Márcia Lia. Repudia a invasão truculenta da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo no Núcleo de Convivência São Martinho de Lima, no bairro de Belenzinho, na Zona Leste da

Capital, e as agressões ao Padre Júlio Lancellotti e a moradores de rua, em 14 de setembro de 2018.

9 - Moção nº 61, de 2018, de autoria do deputado Carlos Cezar. Apela à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros - CNseg e à Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde a fim de que tratativas sejam iniciadas visando a que sejam incluídos e cobertos pelos planos de saúde os procedimentos da Odontogeriatría para pacientes idosos que estejam internados, inclusive em Unidades de Terapia Intensiva - UTIs.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 600, de 2018, de autoria do deputado Marco Vinholi. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior no Estado de São Paulo - FIES-SP.

2 - Projeto de lei nº 601, de 2018, de autoria da deputada Rita Passos. Torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento em asilos e creches públicas e particulares, no Estado.

3 - Projeto de lei nº 602, de 2018, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a URGEM - Urgência Missionária, com sede em Osasco.

4 - Projeto de lei nº 603, de 2018, de autoria do deputado Delegado Olim. Declara de utilidade pública o Grupo de Apoio ao Centro Especializado em Oncologia da Beneficência Portuguesa, com sede em Ribeirão Preto.

5 - Projeto de lei nº 604, de 2018, de autoria do deputado Pedro Tobias. Denomina "Dr. Gazi Amin Chahrur" a ponte localizada no km 166 da Rodovia Otávio Pacheco de Almeida Prado - SP 255, em Jaú.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 590, de 2018, de autoria do deputado Celso Nascimento. Declara de utilidade pública a "Associação Sant'Anna Crianças de Ribeirão Pires", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 591, de 2018, de autoria do deputado Roberto Moraes. Dá a denominação de "ASP Luís Ricardo Jock Stoduto" à Penitenciária de Piracicaba.

3 - Projeto de lei nº 592, de 2018, de autoria do deputado Roberto Morais. Declara de utilidade pública a associação "Equoterapia Daoud", em Limeira.

4 - Projeto de lei nº 593, de 2018, de autoria do deputado Ed Thomas. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Salmourão.

5 - Projeto de lei nº 594, de 2018, de autoria do deputado João Caraméz. Autoriza a prescrição da ozonioterapia como tratamento médico de caráter complementar, no Estado.

6 - Projeto de lei nº 595, de 2018, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Denomina "José Cândido Macedo Filho - Prefeito Macedo" o Conjunto Habitacional Jacupiranga E, naquele Município.

7 - Projeto de lei nº 596, de 2018, de autoria do deputado Delegado Olim. Obriga agências bancárias, cooperativas de crédito, empresas de crédito, casas lotéricas e agências dos Correios a manter vigilância armada durante todo o horário de atendimento ao público.

8 - Projeto de lei nº 597, de 2018, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Inclui a abordagem de conceitos de empreendedorismo na rede estadual de ensino.

9 - Projeto de lei nº 598, de 2018, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais no Estado.

10 - Projeto de lei nº 599, de 2018, de autoria do deputado Estevam Galvão. Cria o "Orçamento Primeira Infância".

11 - Moção nº 58, de 2018, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Aplauda o valoroso e independente jornal Correio de Mirassol pelos seus 89 anos de existência, bem como o seu Diretor, jornalista Nozor de Arruda Cardoso.

12 - Moção nº 59, de 2018, de autoria da deputada Beth Sahão. Apela para as Sras. Presidente do Supremo Tribunal Federal e Procuradora-Geral da República a fim de que determinem o imediato cumprimento da decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU para que Luiz Inácio Lula da Silva tenha garantias de participar da eleição presidencial de 2018 como candidato e como eleitor.

1 - Projeto de lei Complementar nº 48, de 2018, de autoria da Defensoria Pública do Estado. Altera a Lei Complementar nº 1.050, de 2008, que institui no Quadro da Defensoria Pública do Estado as classes de apoio que especifica e dá providências correlatas.

2 - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2018, de autoria da Defensoria Pública do Estado. Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado.

3 - Projeto de lei nº 583, de 2018, de autoria do deputado Ed Thomas. Dispõe sobre o Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público.

4 - Projeto de lei nº 584, de 2018, de autoria do deputado Fernando Cury. Torna obrigatória a música como componente na Base Nacional Comum Curricular no Estado, conforme o artigo 26, § 6º, da Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.769/2008.

5 - Projeto de lei nº 585, de 2018, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dispõe sobre a autorização e regulamentação das cavalgadas no Estado, seja em zona rural ou urbana.

6 - Projeto de lei nº 586, de 2018, de autoria do deputado Delegado Olim. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com os Municípios, com o intuito de estabelecer parceria entre a Polícia Civil do Estado de São Paulo e as Guardas Municipais.

7 - Projeto de lei nº 587, de 2018, de autoria do deputado João Caraméz. Torna obrigatória a disponibilização do equipamento designado Inversor Transformador Conversor Veicular em veículos utilizados no Estado para transporte de pessoas enfermas ou acidentadas.

8 - Projeto de lei nº 588, de 2018, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Altera a redação da Lei nº 16.805, de 2018, que declara de utilidade pública a "Comunidade Católica Presença", em São José do Rio Pardo.

9 - Projeto de lei nº 589, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia da Escola Bíblica" no Estado.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2018, de autoria do deputado Raul Marcelo. Susta, nos termos do inciso IX do artigo 20 da Constituição do

Estado, os efeitos da parte final do artigo 1º da Resolução SS - 25, de 2018, que estabelece limites quantitativos das coletas de sangue para cadastramento de novos doadores no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea - Redome, no âmbito do Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

2ª Sessão

Proposta de emenda nº 7, de 2018, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Vaz de Lima e outros. Altera o inciso XX do artigo 115 e acrescenta o artigo 63 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.